



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 8ª REGIÃO ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA

ATA 943

Ata da noningentésima quadragésima terceira reunião Plenária, em convocação ordinária, do Conselho Regional de Psicologia – 8ª Região, realizada no vigésimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, na modalidade híbrida, com participação remota via Google Meet e participação presencial no Hotel by Bourbon em Cascavel. **Conselheiras(os/es) participantes presencialmente:** Psic. Rosiane Martins de Souza (CRP-08/14328) - Cons. Vice-Presidenta; Psic. Gustavo Filipowski (CRP-08/27778); Psic. Julia Mezarobba Caetano Ferreira (CRP-08/25872); Psic. Sergio Bezerra Pinto Junior (CRP-08/26037); Psic. Kathia Regina Galdino de Godoy (CRP-08/14630); Psic. Sara Gladys Toninato (CRP-08/07092). **Conselheiras(os/es) participantes de forma remota:** Psic. Fabiane Kravutschke Bogdanovicz (CRP-08/19219); Psic. Paulo Vitor Palma Navasconi (CRP-08/25820); Psic. Fernanda Costa Peixoto Primo (CRP-08/12328) - Cons. Secretária; Psic. Claudia Cibele Bitdinger Cobalchini (CRP-08/07915). **Justificaram Ausência:** Psic. Griziele Martins Feitosa (CRP-08/09153) - Cons. Presidenta; Psic. Ana Ligia Bragueto Costa (CRP-08/08334) - Cons. Tesoureira; Psic. Emerson Luiz Peres (CRP-08/06673) - conselheiro licenciado; Psic. Fabio Jose Orsini Lopes (CRP-08/09877); Psic. Fabiola Regina Ortega (CRP-08/17317); Psic. Natalia Cesar de Brito (CRP-08/17325); Psic. Pamela Cristina Salles da Silva (CRP-08/20935) - conselheira licenciada; Psic. Paulo Cesar de Oliveira (CRP-08/17066); Psic. Andrey Santos Souza (CRP-08/30587); Psic. Eduardo da Silva Antonio (CRP-08/30797); Psic. Gedeoni Coelho Marques (CRP-08/28627); Psic. Graciane Barboza da Silva (CRP-08/23467) - conselheira licenciada; Psic. Jessica Alcimari Pelle (CRP-08/18477) - conselheira licenciada; Psic. João Victor da Silva (CRP-08/25123); Psic. Karen Aparecida Freitas de Oliveira (CRP-08/09015); Psic. Mario Seto Takeguma Junior (CRP-08/18972); Psic. Matheo Bernardino (CRP-08/25791). **Também presentes presencialmente:** Psic. Carine Suder Fernandes (CRP-08/11346) - Setorial Centro Oeste/CPAS Centro-Oeste; Psic. Andressa Pires Martins Santana (CRP-08/16324) - Comissão Gestora de Maringá; Psic. Simone Cristina Gomes (CRP-08/14224) - Comissão Assistência Social de Maringá; Psic. Caroline Tiemi Itiyama (CRP-08/29255) - Comissão Estadual de Avaliação Psicológica; Psic. Danilo Zeferino Brandão (CRP-08/22055) - Comissão Estadual de Mobilidade Humana e Trânsito; Psic. Gabriela de Conto Bett (CRP-08/14529) - Comissão Gestora de Cascavel; Psic. Anna Paula Cuadro (CRP-08/28947) - Comissão Estadual de Psicologia Clínica; Psic. Carla Barroso Brandão (CRP-08/38175) - Setorial Centro Ocidental; Psic. Edimara Silva Mattos (CRP-08/18685) - Comissão Assistência Social de Cascavel; Psic. Gabe Martignago Soares (CRP-08/38313) - Assessoria Técnica de Políticas Públicas; Psic. Vanelise Masquetti Valério Antoniassi (CRP-08/25684) - Coord. de Comissões; Psic. Karla Lucelia Losse Mendes (CRP-08/29641) - Gerência Técnica; Psic. Camila Crestani Colombo (CRP-08/13023) - COF; Tayana Roberta Achete - Assistência Administrativa Financeira; Psic. Jair Garcia dos Santos (CRP-08/34503) - Setorial Norte e CDH; Psic. Danielle Beltrame (CRP-08/20715) - Setorial Norte Pioneiro; Psic. Silvana Batista Moreira Lopes (CRP-08/08392) - Comissão de Estudantes e de Assistência Social; Patricia Helena Picoli Vituri; Cyntia Karla Sorgatto Bueno; Elisandra Farchetti Peres; Jussara Henn; Psic. Claudia Barbosa (CRP-08/05631); Sheyla Maria Tavares Veloso; Psic. Thais Rodrigues dos Santos (CRP-08/23443) - CER; Psic. Ronaldo Adriano Alves dos Santos (CRP-08/17591) - CER. **Também presentes de forma remota:** Psic. Renata de Sousa dos Santos Silva (CRP-08/38473) - Setorial Noroeste; Psic. Suzete Ferreira dos Santos (CRP-08/14505) - CER; Psic. Rosangela Bacron (CRP-08/04941) - Setorial Centro Norte; Ellen Nemitz - Jornalista. **1. Aprovação de ATAS 1.1 Plenária 924 (15/09/2023) 1.2 Plenária 925 (16/09/2023)** Conselheira Griziele coloca em apreciação as atas das reuniões plenárias de nº 927 (30/09/2023), 928 (27/10/2023), 929 (28/10/2023) e 930 (24/11/2023). **Encaminhamento:** o Plenário aprova, por unanimidade, as atas supracitadas. **2. Informes 2.1 Solicitação de licença - Cons. Fabiöla** Psic. Karla apresenta a solicitação de licença por seis meses da Cons. Psic. Fabiöla Regina Ortega (CRP-08/17317), apresentado no final de março, por motivo de sobrecarga de trabalho. **2.2 Orientações para o início de carreira.** Psic. Angelo informa sobre a edição da “Roda de Conversa: Orientações para início de carreira”, ocorrida no último dia 24 de abril de 2024, das 9h às 12h. Trata-se uma atividade aprovada pelo Plenário, para oferecer a estudantes e

psicólogas(os) recém-formadas(os) uma oportunidade de ter contato com orientações do Conselho, para além das solenidades de entrega de CIP. Nessas rodas, são abordados temas relacionados à proteção dignidade da pessoa humana, divulgação profissional, psicoterapia, contrato, bem como resoluções que se referem às questões administrativas, como abertura – por exemplo – de pessoas jurídicas e cuidados para prestação de serviços em consultórios. Informa que as próximas edições estão previstas para agosto e novembro, em diferentes horários, para facilitar a participação de interessadas(os). A atividade tem certificação e é divulgada com antecedência no site do CRP. Pede apoio das Comissões Setoriais e conselheiras(os/es) para estimular a participação de estudantes, nas diversas regiões onde atuam. **2.3 Roda de Conversa Práticas Integrativas e Complementares (PICs) e ética psi.** Processo SEI 570800131.000043/2024-22. Colab. Rodrigo Taddeu comenta que o evento foi uma demanda do ano passado trazido pela categoria e que foi um evento proveitoso que contou com a presença da orientadora Ramone. Comenta que a setorial recebeu denúncias relativas às constelações familiares e outras práticas enquadradas dentro das PICs. Comenta que a região conta com municípios de pequeno porte e para os quais essas orientações são essenciais. Comenta da importância e que entende que foi possível atingir os objetivos. Colab. Renata lamenta o déficit de profissionais, mas comemora a participação dos estudantes, ressaltando a importância de se falar de políticas públicas. **2.4 I Mostra Paranaense de Práticas em Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).** Processo SEI 570800131.000021/2024-62. Colab. Simone comenta que o evento foi de baixo custo, mas muito proveitoso, comenta que a temática central foi a relação com o Judiciário. Apresenta as mesas que foram realizadas durante o evento, abordando as resoluções nacionais vigentes e as experiências de profissionais que atuam tanto no judiciário quanto na assistência. Também foram apresentadas 31 experiências de profissionais e estudantes e na segunda mesa foram abordadas as orientações realizadas pela COF. Relata que foram mais de 300 pessoas participando desde o início da manhã até o final da tarde. Comenta que foram solicitadas outras ações com esta temática. Colab. Carine destaca a riqueza dos debates e dos trabalhos apresentados, além da adequação ética e técnica e criatividade das pessoas profissionais. Colab. Simone Gomes destaca também a importância do evento para a compreensão dos serviços e das atividades em cada contexto de políticas públicas. Cons. Rosiane destaca também a necessidade de melhoria na formação e do aprofundamento reflexivo e teórico para as pessoas. Cons. Kathia também fala sobre o mapeamento das demandas do Sistema de Justiça que chegam para o SUAS e que foi discutido também durante o evento. **2.5 Roda de conversa | Consulta Pública sobre as Referências Técnicas Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - 29/04** Processo SEI 570800130.000006/2024-24. Cons. Kathia Godoy apresenta a demanda da consulta pública para as Referências Técnicas Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Cons. Fabiane compartilha sua indicação da Psic. Emilia Sanapeschi. Psic. Altieres explica que a consulta é realizada de forma individual e também de forma coletiva, no evento que será realizado na segunda-feira, às 19 horas. Destaca o momento desse debate, uma vez que há um movimento para a restrição inclusive nos casos previstos em Lei para o direito ao aborto. Destaca ainda que esse é um tema transversal, que discute também o patriarcado, machismo e misoginia. Cons. Fabiane comenta das resoluções disponíveis sobre os temas. **2.6 Mesa-redonda | Política, Território e Saúde Mental (Campo Mourão) - 02/05 e 2.7 Mesa-redonda | Política, Território e Saúde Mental (Londrina) - 03/05** Cons. Rosiane apresenta que os temas de corpos e territórios são temas afroindígenas. Comenta que o evento contará com a presença de estudantes do mestrado da Unespar, que discutem essas temáticas a partir da perspectiva histórica e também as perspectivas e atravessamentos da Psicologia neste aspecto. **2.8 Comissão de Estudantes A produção social do sofrimento no contexto da luta antimanicomial - 03/05** Psic. Vanelise apresenta os eventos que serão realizados pela Comissão de Estudantes, suas temáticas e palestrantes. Comenta que o evento também receberá estudantes de Apucarana. **2.9 Revista CadernoS de PsicologiaS - ed. 06** Psic. Altieres apresenta temática e convite para que as pessoas possam compor o Conselho Editorial e o grupo de pareceristas. Convida também profissionais docentes a encorajar estudantes a escrever e participar. Avisa que a próxima reunião será realizada no dia 08 de maio, às 11h15. **3. Aprovação de Pessoas Colaboradoras. 3.1 Controle Social.** Psic. Gabe apresenta para aprovação a nomeação das seguintes pessoas colaboradoras: Psic. Nathalia Aparecida Daneluti (CRP-08/31108) como representante titular no Conselho Municipal de Assistência Social de Bela Vista do Paraíso; Psic. Ellen Caroline da Silva Cardoso (CRP-08/32655) como representante suplente no Conselho Municipal de Assistência Social de Bela Vista do Paraíso; Psic. Maicon Leandro da Silva Almeida (CRP-08/19994) como representante titular no Conselho Municipal de Assistência Social de Apucarana; Psic. Marcio Pascoal Cassandre (CRP-08/40993) como representante titular no Conselho Municipal dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas de Maringá; Psic. Mariane Ranzani Ciscon Evangelista (CRP-

08/17722) como representante suplente no Conselho Municipal dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas de Maringá; Psic. Clefaude Estimable (CRP-08/39664) como representante titular no Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA; Psic. Marília Alberto Machado Sant'anna (CRP-08/10473) como representante no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Foz do Iguaçu; Psic. Hélio Savi Bastos (CRP-08/13740) como representante titular no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Castro; Psic. Vinicius Reis de Siqueira (CRP-08/10952) como representante suplente no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Umuarama. *Encaminhamento: aprovadas as pessoas colaboradoras indicadas.*

3.2 Comissões Setoriais. 3.2.1 Setorial Campo Gerais – Ponta Grossa Psic. Isabella Bogdanovicz Henneberg (CRP-08/23269). *Encaminhamento: aprovada a pessoa colaboradora indicada.*

3.3 Comissões Temáticas. 3.3.1 Comissão de Assistência Social – Londrina Psic. Isadora Ribeiro Bonani (CRP-08/34309). **3.3.2 Comissão de Assistência Social – Centro Oeste** Psic. Sheilla Bonetty Dobgenski (CRP-08/12816). *Encaminhamento: aprovadas as pessoas colaboradoras indicadas.*

4. Alteração do calendário de plenárias. Processo SEI 570800117.000107/2023-92. A Diretoria apresenta a proposta de que a plenária de junho seja antecipada em uma semana, sendo realizada no dia 22 de junho de 2024 e não no dia 29 de junho de 2024. Cons. Sérgio registra o pedido de manutenção da plenária na data anteriormente prevista em função de evento que será realizado no seu local de trabalho. *Encaminhamento: aprovada a alteração de data da plenária.*

5. Contratação de serviço especializado para elaboração de projeto arquitetônico de adequação de acessibilidade - sedes do CRP-PR. Processo 570800144.000002/2024-97. Maurício apresenta a importância de que a adequação da sede às normativas vigentes. Comenta que as demais sedes têm adequação à acessibilidade, mas a sede de Curitiba, que era originalmente uma casa e que foi sendo reformada apresenta dificuldades em relação a vários aspectos. Apresenta que foram realizados orçamentos para a contratação de empresa especializada de arquitetura para a realização de projeto de adequação. Explica que a contratação está sendo realizada pela Comissão de Licitação conforme a legislação vigente. Cons. Fernanda comenta que o Núcleo de Psicologia Anticapacitista vinha discutindo essa questão já antes dessa gestão e a ideia é que se tenha uma acessibilidade plena, sobretudo na maior sede para que seja um espaço para todas as pessoas.

8. Minuta de Resolução de revisão da Res CRP-08 Nº 003-2016. Processo SEI 570800128.000039/2023-32. Vanelise apresenta a minuta de Resolução com destaque para as alterações que foram realizadas com base no texto original. Discutiu-se durante a reunião os seguintes destaques sobre o texto: Art. 1 §3 - As Comissões Temáticas são de caráter estadual, podendo possuir subdivisões regionais, nomeadas de Eixos Regionais. Colab. Simone apresenta considerações em relação ao caráter estadual, compreendendo a importância dos debates regionais. Comenta ainda em respeito à relação das Comissões com o controle social, destacando os aspectos da participação do controle social e de pessoas que estão oficialmente representando o Conselho mas não estão próximos ao CRP. Colab. Andressa fala também sobre sua experiência como coordenadora da Comissão de Estudantes, comentando as ações realizadas pelas Comissões. Karla comenta que não há alterações significativas acerca da autonomia e das propostas e sim se acrescenta uma reunião estadual para a Comissão. a) As Comissões Temáticas devem garantir a presença de pelo menos uma de suas integrantes a cada Reunião Plenária do CRP, de forma presencial ou remota. Retoma-se a necessidade de alteração para contemplar que cada eixo tenha uma cadeira de representação. Discutem-se aspectos positivos e considerados desafios para a alteração, como o número de pessoas colaboradoras. Compreendendo-se necessária a ampliação do debate, a presidência da sessão encaminha pela suspensão da pauta. *Encaminhamento: inclusão de pessoas no GT, cons. Kathia, cons. Sérgio e cons. Fernanda. O ponto será re-apresentado em plenária futura.*

6. Criação de Comissões. Cons. Fernanda apresenta que ao assumir a presidência da CDH passou a verificar o regimento interno e a repensar o funcionamento - também com base na sugestão realizada por César - e verificou que no regimento interno não há previsto o funcionamento dos núcleos e também essa estrutura não aparece em outros espaços como os relatórios de gestão, além de outros documentos. Comenta que as Comissões temáticas aparecem. Apresenta a proposta de que os Núcleos da CDH passem a ser Comissões temáticas e a CDH passa a ser articuladora dos debates em direitos humanos, com uma atuação muito próxima como o GT do Glossário, de Transversalização das pautas com articulação e consulta rotineiras às comissões temáticas, permanentes e outras comissões. Destaca pontos de atenção como afinar a atuação junto com as demais comissões para consultar a CDH. Instituir fluxo consultivo dos setores do Conselho como existe para outras comissões permanentes. Apresenta que também que o acompanhamento passaria a ser da Coordenação das Comissões. Apresenta que seria necessário criar em plenária, que já podem ser apresentados. Cons. Gustavo indica a possibilidade de contratação de outra pessoa para dividir a demanda que hoje é acumulada pela Vanelise. Cons. Rosiane

explica que está em realização a possibilidade de realização de concurso público para reestruturação do quadro. Apresenta-se os projetos das Comissões Transcetrada, Diverges, e de Psicologia Anticapacitista. Encaminhamentos: aprovada a mudança de Núcleos para Comissões Temáticas dos núcleos ligados à CDH e CER. Aprovada a criação da Comissão de Psicologia Anticapacitista, Comissão Transcetrada e Comissão de Diversidade de Gêneros e Sexualidades - Diverges. **7. Resolução CFP nº 013/2019.** Processo SEI 570800134.000081/2024-55. Psic. Angelo apresenta que no dia 15 de fevereiro de 2024, em reunião da Diretoria do CRP-PR, foi deliberado que a COF deveria apresentar uma problematização sobre a Resolução CFP nº 013/2019, que regulamenta e define os procedimentos a serem adotados pelo Sistema Conselhos de Psicologia (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia) quanto aos pedidos de cadastramento e registro de pessoa jurídica de Serviços de Atenção em Regime Residencial de caráter transitório e/ou clínicas e outras instituições de atendimento às pessoas em situação de uso de substâncias psicoativas - álcool e outras drogas e que realizam serviços de acolhimento, internação e similares. A fim de responder à solicitação da Diretoria, a COF se reuniu em 19 de abril de 2024 e elencou os seguintes pontos para discussão: 1. Nos "Considerandos", atualizar o texto que remete à Resolução CFP nº 003/2007, haja vista que os procedimentos para inscrição de Pessoa Jurídica foram atualizados pela Resolução CFP nº 016/2019. 2. A referida Resolução explora pouco o processo de enquadramento administrativo para o cadastramento da PJ. Ainda que o processo de cadastro tenha sido instruído pela Resolução CFP nº 016/2019 (e não pela Res. 013/2019), é possível que a inspeção realizada pela COF indique que a PJ tenha entre seus acolhidos pessoa que seja usuária de álcool e outras drogas. Ou seja, é necessário fazer um reenquadramento da PJ e solicitar documentação complementar, sob pena de cancelamento do cadastro. Seria oportuno que a Resolução deixasse esses procedimentos de transição mais explícitos. 3. É necessário deixar mais explícito que é vedado à(ao) psicóloga(o) praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, conforme dita o Código de Ética, ainda que a mesma Resolução indique que a(o) Responsável Técnica(o) é responsável apenas pelos serviços de Psicologia. 4. Importante deixar mais explícitos os requisitos contidos na Lei 10216/2001, relacionados aos Direitos do cidadão e os deveres da instituição (ex: ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; ter garantia de sigilo nas informações prestadas; ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária; ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental; etc). 5. Deixar mais explícito a que responsável técnico da instituição o texto se refere no art. 4º (ex: é o RT perante a Vigilância Sanitária ou outro?) 6. Melhor fundamentar a necessidade de cadastro da instituição no Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, no Estadual e SENAD e explicar os procedimentos a serem seguidos quando o município/Estado não possui o referido cadastro. Ex: Por que o cadastro é importante? O que o cadastro no Controle Social garante? E se determinado Conselho de Controle Social favorece práticas proibicionistas e de privação da liberdade do usuário? Como garantir que não há conflito de interesse quando a(o) RT da PJ também compõe determinado Conselho de Controle Social? 7. A Resolução indica que se a PJ não satisfizer as exigências contidas na normativa está "impedida de prestar serviços psicológicos". Deixar mais evidente a fundamentação jurídica do impedimento e os procedimentos que os Conselhos devem adotar para "interditar" o espaço. Psic. Karla lembra que há um debate dentro do CONESD a esse respeito, que tem sido bastante aquecido. Psic. Gabe acrescenta que há um parecer da procuradoria geral que defende que não há prerrogativa do CONESD emitir essa documentação e também destaca o debate relativo à destinação de verbas para as Comunidades Terapêuticas (CTs). Cons. Kathia também acrescenta que esse é uma tema que gera bastante dúvidas quanto à orientação, necessitando maior articulação federal em torno dessa discussão. Psic. Altieres (assessoria de pesquisas) comenta sobre os debates realizados entre o setor e a COF em relação à Resolução 13 e comenta do acúmulo das discussões. Pondera a necessidade de um posicionamento unificado por parte do Conselho Federal de Psicologia não só em relação à resolução, como em temáticas como campanha unificada do 18M e outras estratégias de luta para alternativas ao modelo manicomial das CTs. Comenta sobre o descaracterização dos CAPS Ad, das multas aos usuários e sua inconstitucionalidade e demais ideias pautas que poderiam ser "unificadas" em um discurso ou campanha nacional onde possamos explicar porquê somos contrários às CTs e quais alternativas defendemos. Cons.

Rosiane sugere que seja construído um material no encontro de COFs e COEs Sul para que seja remetido ao Conselho Federal de Psicologia. Cons. Paulo Vitor sugere que se verifique com o CRP-MG uma vez que eles pretendiam apresentar essa discussão na APAF. Encaminhamentos: Diretoria realiza articulação com CRP-MG para consulta sobre se o ponto foi encaminhado como solicitação de debate em APAF e, caso não tenha sido encaminhado à APAF, CRPs constroem durante debate no Encontro de COEs e COFs da Região Sul. **9. Controle Social.** Psic. Gabe apresenta que temos que estamos em 86 Conselhos Municipais e 9 Conselhos Estaduais, sendo Assistência Social: 29 municipais e 1 estadual; Saúde: 22 municipais e 1 estadual; Direitos da Criança e do Adolescente: 10 municipais e 1 estadual; Direitos da Mulher: 8 municipais; Políticas sobre Drogas: 6 municipais e 1 estadual; Direitos da Pessoa com Deficiência: 3 municipais; LGBTQIAPN+: 1 estadual; Migrantes, Refugiados e Apátridas: 2 municipais e 1 estadual; Promoção de Igualdade Racial: 1 municipal e 1 estadual; Direitos da Pessoa Idosa: 2 municipais; População em Situação de Rua: 2 municipais e Sistema Penitenciário: 1 municipal. Lista quais são os conselhos nos quais o CRP-PR está. Detalha a pesquisa que está sendo conduzida com os 399 municípios que consta de diversas fases. Explica que a primeira fase foi a consulta aos sites dos municípios, deles 199 não contam com nenhuma informação online. Explica que se enviou a consulta por e-mail para todos os municípios e que nesta fase se está realizando o protocolo de ofícios. Conta que apenas 23 municípios retornaram os e-mails. 376 municípios não têm informações totais online, nem retorno dos e-mails. Gabe destaca ainda os desafios de atuação nos municípios nos quais estamos. Karla destaca a dificuldade e importância do trabalho, comenta das fases posteriores e também das necessidade de priorização do debate. Também comenta que é necessário acompanhar, em especial os espaços de controle social estaduais, nos quais o CRP-PR não tem cadeira, ressaltando o Conselho Estadual de Direitos Humanos, da Criança e do Adolescente e de Saúde, conselhos nos quais o CRP-PR não tem cadeira neste momento. Gabe apresenta ainda a necessidade de priorizar os espaços para incidir de forma mais propositiva e próxima, colocando o projeto de que as cidades sede das Comissões Setoriais e das cidades nas quais o CRP-PR tem sede. Cita exemplos de como essa mobilização atuou de forma importante em alguns projetos de Lei. **10. Solicitação de parceria – Passos da Criança, postergada para a próxima reunião plenária.** **11. Comissão Gestora de Cascavel.** Colab. Cláudia apresenta que ainda se mantém a preocupação com a mobilização da categoria, mas que há movimento e maior mobilização da categoria. Comenta que há Comissão de Educação e de Estudantes e que está em via de formação a Comissão de profissionais iniciantes. Informa que a Comissão Gestora tem realizado reuniões e compartilhado com a categoria por grupos de WhatsApp as informações relativas às ações do Conselho. Entende que esse é um processo importante e que a Comissão Gestora irá realizar um processo para ampliar a participação no controle social. Destaca a importância da realização do evento Mostra SUAS em Cascavel e se coloca à disposição para novos eventos. Colab. Silvana destaca o crescimento da participação de estudantes na Comissão Gestora, destacando a importância desse movimento. Também compartilha sua experiência como representante do controle social. **12. GT Revisão da Nota Técnica CRP-PR 002/2022 - Uso de Redes sociais, publicidade e cuidados éticos.** Processo SEI 570800134.000096/2024-13. Psic. Angelo apresenta que na reunião Plenária de janeiro de 2024 foi aprovada a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) para revisão da Nota Técnica CRP-PR 002/2022, que versa sobre uso de Redes Sociais, Publicidade profissional e Cuidados Éticos. O GT, conforme deliberação da Plenária, foi inicialmente formado por: cons. Gedeoni, cons. Matheo, cons. Andrey, psic. Claudia Barbosa (sede de Cascavel), COF (representada por cons. Paulo, Angelo e Débora) e pessoa indicada pela Comissão de Psicologia Clínica. A revisão da NT se faz necessária porque existem pontos que carecem de melhor alinhamento com a nota do CFP (001/2022), e também porque há precisamos aprofundar o debate sobre exercício profissional e seu significado. Apresenta os principais pontos que estão sendo discutidos pelo GT. No dia 11 de abril, o GT fez sua primeira reunião síncrona, conforme exposto no Registro de Reunião 08-COF (1532452). Solicita deliberação do Plenário para elaboração de Resolução, ao invés de NT, que verse sobre a matéria com a intenção de dar maior poder de fiscalização para o CRP-PR, uma vez que notas técnicas trazem mais recomendações do que obrigações. Apresenta ainda discussão em nível federal acerca da adequação desta publicação de resolução, caso isso seja compreendido como um atravessamento aos debates nacionais. Cons. Paulo Vitor complementa que existe uma lacuna muito grande na revisão de resoluções pelo CFP devido ao trabalho e articulação necessários. Entende que é possível levar ao GT da POF os andamentos do trabalho do GT no Paraná, mas caminhando também para a elaboração de uma resolução local. Cons. Rosiane sugere que seja realizada pelo Cons. Paulo Vitor uma consulta por escrito ao GT da POF para entender o tempo que levaríamos para apresentar a pauta em APAF do GT. Sendo esse prazo estendido o CRP-PR faria a produção do documento até que um documento federal estivesse disponível. Psic. Angelo defende que é necessário

instrumentos mais nítidos de orientação e fiscalização quanto à temática. Psic. Karla também defende que esse instrumento é essencial da perspectiva da COE para a responsabilização da categoria profissional.

Encaminhamento: *Cons. Paulo Vitor realizará consulta ao GT da POF em relação ao debate relativo à Nota Técnica sobre Uso de Redes sociais, publicidade e cuidados éticos por escrito quanto aos prazos de encaminhamento em APAF do debate. Reapresentar o retorno na próxima plenária para deliberação.*

14. GTs da APAF.

14.1 GT de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização. Cons. Paulo Vitor apresenta os andamentos do GT destacando as discussões sobre Pessoa Jurídica, entre outros. Comenta ainda que havia sido prevista reunião com a CDH que foi cancelada. Traz ainda pesquisa junto aos CRs sobre orientações acerca de divulgação de serviços profissionais.

14.2 GT de Diversidade Sexual e Gênero. Cons. Fabiane apresenta que se estava aguardando a publicação do Programa de atendimento às pessoas trans e não-binárias do SUS. O Paraná também sugeriu o acréscimo de questões teóricas e de debates importantes que foram alterados de forma importante e que precisará ser repensada pelo GT e não terá condições de ser apresentada na próxima APAF.

14.3 GT COMORG - Comissão Organizadora Nacional do 12º CNP - Congresso Nacional de Psicologia. Karla informa que o GT Nacional deu retorno do Regulamento para a realização do 12 Corepsi, mas que há dúvidas em relação ao documento e que se solicitou ao GT nacional informações.

14.4 GT de Anuidades - Isenções em Casos de Emergências e Desastres. *postergado para a próxima plenária.*

14.5 GT Atuação da Psicologia no uso de Maconha e Psicodélicos em contexto terapêutico. *postergado para a próxima plenária.*

14.6 GT de Revisão da Resolução CFP nº 003/2007. *postergado para a próxima plenária.*

14.7 GT de Responsabilização de atos de assédio e outras violências de gênero no Sistema Conselhos de Psicologia. Cons. Rosiane informa que ainda não foi possível realizar a primeira reunião do GT, com várias enquetes, mas sem a possibilidade de agendamento.

14.8 GT da APAF - Readequação dos Portes dos Conselhos Regionais. *postergado para a próxima plenária.*

14.9 GT Eleições 2025/2028. *postergado para a próxima plenária.*

14.10 GT APAF - Auditoria Interna. *postergado para a próxima plenária.*

14.11 GT Meios de Solução Consensual de Conflitos. Cons. Cláudia informa que o GT está estudando os métodos autocompositivos e que no dia 09 de maio irá estudar conciliação.

14.12 GT APAF - Revisão da Resolução CFP nº 18/2002. Cons. Paulo Vitor apresenta que foram realizadas três reuniões de trabalho enquanto GT Sul, com um pouco de frustração uma vez que muitas sugestões da região Sul, em especial, do Paraná foram retiradas. Diz que há ainda necessidade de aprimoramento quanto às discussões de materialidade, mas é uma resolução que avança em relação à anterior. Entende que a resolução será apresentada na APAF.

14.13 GT APAF - Resolução de Atuação Profissional para Pessoas Intersexo e Assexual. Cons. Fabiane apresenta que o Sul é representado no GT por SC, apresenta que foi escrita resolução mais curta, na qual foi problematizada a oportunidade de aproveitar este documento para inclusão de termos e de conceitos. Comenta que este é um tema complexo, no qual há poucos dados acerca das pessoas intersexo, uma vez que nem mesmo as próprias pessoas intersexo muitas vezes têm essa informação, há apenas estimativas. Entende que nesse momento, a resolução apresenta apenas os aspectos mais óbvios e que seria importante aprofundar o debate.

14.14 GT da APAF - Revisão da Resolução CFP nº 02/2016: que regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e Processos seletivos de natureza pública e privada. Cons. Rosiane informa que o GT não se reúne e que não recebeu convocação para reuniões. Comissão de Avaliação Psicológica e COF comentam que já receberam a minuta para avaliação.

14.15 GT da APAF - Referências Técnicas e Éticas: Atendimento à Pessoa Surda no âmbito da Saúde. *postergado para a próxima plenária*

14.16 GT da APAF - Orientação: Atuação Pessoas com Deficiência. *postergado para a próxima plenária*

14.17 GT APAF - Políticas para Mulheres. *Ponto de pauta postergado para a próxima plenária*

14.18 GT da APAF - Normas e Regras da Avaliação Psicológica para a Concessão de Registros ou Porte de Armas de Fogo. Cons. Rosiane informa que não houve andamentos posteriores ao posicionamento realizado pelo Núcleo de Psicologia e Povos Indígenas.

14.19 GT para Elaboração Política de Comunicação do Sistema Conselhos. Cons. Fabiane informa que o GT não se reuniu e solicita a substituição do Cons. João Victor nesse acompanhamento.

14.20 GT da APAF - Estágio. Cons. Sérgio apresenta que não há novidade, uma vez que não há contato do CRP-RS que representa o Sul neste GT.

15. Unidade de Estabilização Psiquiátrica - Casa Irmã Dulce, em Curitiba. Cons. Paulo Vitor apresenta que a fiscalização foi realizada em setembro/2023, em conjunto com o Cons. Fábio e a técnica Bruna Fernandes. Retoma que a pauta foi discutida pelo plenário em fevereiro deste ano, mas não houve nenhuma deliberação sobre encaminhamentos frente aos pontos mencionados no Registro de Reunião 08-COF (1240697). Informa que no ano passado a COF realizou consulta para a Comissão de Direitos Humanos (CDH), Comissão Étnico- Racial (CER) e Comissão de Saúde, solicitando auxílio (Ver anexo - Memorando Administrativo 2654 (1333123) e Anexo I - Informações Colhidas na fiscalização - UEP (1333186). Até o

momento, não houve retorno de nenhuma das comissões mesmo após a reiteração na solicitação, mediadas pela Karla e a Vanelise. Cons. Paulo Vitor solicita que exista mais cooperação das Comissões Temáticas, Setoriais e Permanentes em relação aos retornos. Cons. Kathia destaca a necessidade de encaminhamentos mais ágeis. Cons. Rosiane destaca que o tema será discutido na reunião da CER no dia 30 de abril. Orientadora fiscal Camila apresenta que entende o trabalho da COF ocorrendo em uma rede com as outras comissões, o que nem sempre ocorre. Entende que muitas vezes pessoas conselheiras acompanham a fiscalização, mas não acompanhando os diversos encaminhamentos decorrentes daquela ação. Compreende que neste momento a COF se vê bastante sozinha, apresentando reflexão acerca dessa situação. Encaminhamento: *temática será pautada na reunião da CER no dia 30 de abril de 2024.* Às 17h28 é encerrada a reunião Plenária e, nada mais tendo a relatar, eu, Karla Lucelia Losse Mendes, gerente técnica deste Conselho, lavrei esta ata que vai assinada por mim e pela conselheira que secretariou a reunião, Psic. Fernanda Peixoto Costa Primo. A lista de presenças vai anexada e passa a fazer parte integrante desta ata.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Lucelia Losse Mendes, Gerente Técnica**, em 24/06/2024, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Costa Peixoto Primo, Usuário Externo**, em 24/06/2024, às 20:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1648837** e o código CRC **758ECDE4**.